

GUIA DE BOLSO

AMPLIANDO A CAUSA ANIMAL



alianima

G U I A D E B O L S O

**AMPLIANDO A
CAUSA ANIMAL**



EXPEDIENTE

Guia de Bolso: Ampliando a Causa Animal

© Alianima, 2023

Coordenação do Projeto

Patrycia Sato

Pedro Aquino

Sylvia Rodrigues

Colaboração

Caroline Maia

Iasmim Moreira

Leticia Lima

Maria Fernanda Loverra

Maria Fernanda Martin

Projeto Gráfico e Diagramação

Miguel Estêvão

“Bilhões de animais domesticados, como vacas e galinhas, são tratados pela indústria da carne, laticínios e ovos não como seres vivos que podem sentir dor e angústia, mas como máquinas.”

Yuval Noah Harari,
autor de *Sapiens: Uma breve história da humanidade.*

Sobre a Alianima

A Alianima é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que trabalha por melhores condições na vida dos animais explorados pela pecuária, além de promover o interesse público por sistemas alimentares mais justos e responsáveis.

Através das nossas campanhas e projetos, buscamos aumentar a responsabilização e conscientização de políticos, da indústria alimentícia e de consumidores para uma sociedade mais respeitosa com os animais e o meio ambiente.

alianima.org

Sumário

INTRODUÇÃO	6
Muito além de cães e gatos	6
A PROTEÇÃO ANIMAL NO CONTEXTO SOCIAL.....	8
Engajamentos globais na causa animal.....	11
O direito de saber	15
A RELEVÂNCIA AMBIENTAL DA CAUSA ANIMAL.....	18
Degradação ambiental e ineficiência alimentar.....	18
Escassez hídrica.....	21
Perda de biodiversidade.....	23
Terras indígenas.....	24
Crise climática.....	26
CAUSA ANIMAL E SAÚDE PÚBLICA	28
Evitando novas pandemias.....	29
Superbactérias e a Resistência Antimicrobiana (RAM).....	32
CONSTRUINDO AÇÕES CONCRETAS	36
Bem-estar animal.....	36
Recorte brasileiro do bem-estar de animais de produção.....	38
Necessidade de especificação e regulamentação de melhorias nos sistemas de produção	40
Aprimorar o levantamento de dados do setor.....	41
Rastreabilidade da cadeia produtiva	41
Inspeção e fiscalização	42
Responsabilização das empresas para a efetivação do compromisso....	42
Incentivos financeiros para a promoção do bem-estar animal.....	43
Educação socioambiental	46
CONCLUSÃO.....	45

INTRODUÇÃO

Muito além de cães e gatos

Um guia para compreender as conexões possíveis e urgentes entre a causa animal, ambiental e o tecido social.

Desde que nós, seres humanos, começamos a dar nossas primeiras pegadas no planeta Terra, os animais já estavam entre nós. Hoje em dia, estima-se que dividimos nosso planeta com abundantes e variados vizinhos, mais especificamente, 10,9 milhões de espécies de seres vivos¹, sendo **90,5% pertencentes ao reino animal**. Nossa relação com os animais ajudou a moldar a nossa própria cultura e, conseqüentemente, nossa relação com o meio ambiente. Atualmente, percebemos um apreço enorme da população para aqueles que são denominados animais de companhia, como cães e gatos. Nutre-se também uma idílica admiração e respeito pelos animais silvestres, esses habitantes da natureza mais selvagem, que continuamente sofrem pela escalada humana em seus habitats. Mas e o que dizer da nossa empatia pelos animais confinados nas milhares de granjas, criados em pastos ou capturados por redes pesqueiras? Estamos falando da invisibilidade pública de inúmeros **suínos, galinhas poedeiras, peixes, frangos de corte e ruminantes de corte e leiteiros** que engrossam a categoria denominada “animais de produção”, ou seja: cuja serventia sumária parece ser reduzida ao fornecimento de alimentos.

A manutenção do confinamento animal como *modus operandi* do atual modelo do agronegócio criou uma barreira de indiferença e desconhecimento entre aquilo que consumimos versus a origem real do alimento. Não se trata aqui de depreciar os avanços tecnológicos da agropecuária para alimentar uma sociedade em crescimento

¹ MORA, C. et al. (2011). How many species are there on earth and in the ocean? PLoS Biology, 9(8): e1001127. DOI: 10.1371/journal.pbio.1001127.

exponencial, mas compreender que a criação insalubre de animais em larga escala, provida de baixa diversidade genética e com altíssimos impactos socioambientais, é contraproducente em um momento histórico que urge uma *práxis* global e coletiva para questões inerentes à urgência climática e seus desdobramentos. Inserir os ditos “animais de produção” no cerne do debate de políticas públicas e decisões governamentais não se trata apenas de ir ao encontro de uma demanda popular (como veremos adiante), mas, principalmente, de compreender que, ao fazê-lo, também zela-se direta e indiretamente pela saúde humana e ambiental.

Como o próprio nome do material que você tem em mãos já indica, este *Guia de Bolso: Ampliando a Causa Animal* é um compilado prático de informações e argumentos com base em evidências científicas que tem como objetivo principal demonstrar a importância e a necessidade da inserção da causa animal na agenda pública. Vivemos um período histórico em que temas cruciais e indispensáveis, como insegurança alimentar, degradação ambiental, escassez hídrica, insurgência de epidemias e perda de biodiversidade são pontos que precisam de uma abordagem mais sistêmica - e isso significa repensá-los considerando também a perspectiva dos animais utilizados pela pecuária. Precisamos colocar novas lentes naquilo que consideramos normal para que outros horizontes de convivência sejam possíveis.

Este material foi elaborado pela **Alianima**, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que trabalha por melhores condições na vida dos animais explorados pela pecuária, além de promover o interesse público por sistemas alimentares mais justos e responsáveis. Os textos que compõem o *Guia de Bolso* foram elaborados por profissionais e especialistas com extenso conhecimento na pauta animal e que estão disponíveis para auxiliar na elaboração de estratégias e matérias que se prestem a discutir a relevância dos animais utilizados na produção de alimentos em prol de uma sociedade mais justa e ética com todos os seres, afinal, não estamos sozinhos no planeta.

A PROTEÇÃO ANIMAL NO CONTEXTO SOCIAL

É crescente a preocupação mundial com a forma como os animais são tratados na produção de alimentos, na pesquisa científica, no entretenimento, na caça e em outros contextos de utilização humana. Essa tendência reflete uma mudança cultural em direção a uma maior conscientização e responsabilização pelo sofrimento animal e os impactos nocivos que essas atividades causam ao meio ambiente e na vida de toda a sociedade. A população cada vez mais exige que empresas, governos e instituições levem em consideração essas temáticas em suas práticas e políticas.

No Brasil, casos recentes como o abandono de **mais de mil búfalas em estado deplorável no sítio de Água Sumida, município de Brotas** (SP)², denunciado em novembro de 2021, e dos **800 jumentos mantidos em situação lastimável numa fazenda de Canudos** (BA) em 2019³, também confirmam a capacidade de mobilização nacional em relação aos maus tratos contra animais. Em ambos os casos, a sociedade reconheceu que esses animais sofreram nas circunstâncias reportadas e agiram em prol de seus resgates.

Em comoção, a ONG Amor e Respeito Animal (ARA) organizou um abaixo-assinado online⁴ para a criação de um centro de

2 FOLHA DE SÃO PAULO. (2021). Búfalos abandonados ficaram 30 dias sem comida e 20 sem água, diz laudo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/bufalos-abandonados-ficaram-30-dias-sem-comida-e-20-sem-agua-diz-laudo.shtml>. Acesso em: 12 maio 2023.

3 ECONOMIA UOL. (2019). Após proibição de abates, 200 jumentos são encontrados mortos na Bahia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/06/apos-proibicao-abate-jumentos-encontrados-mortos-ba/>. Acesso em: 10 maio 2023.

4 G1. (2021). Abaixo-assinado com mais de 68 mil adesões pede penhora de parte de fazenda para criação de centro de recuperação de búfalas. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2021/12/16/abaixo-assinado-com-mais-de-68-mil-adesoes-pede-penhora-de-parte-de-fazenda-para-criacao-de-centro-de-recuperacao-de-bufalas.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

recuperação e manutenção para as búfalas e pela liberação de parte da fazenda. A petição rapidamente alcançou **68 mil assinaturas e foi vitoriosa com mais de 120 mil apoiadores**. Apesar de muitos animais, infelizmente, não terem resistido a privação de comida e água a qual foram submetidos⁵, o restante das búfalas agora está, por decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), sob responsabilidade da referida ONG⁶.



Crédito: ONG ARA

5 FOLHA DE SÃO PAULO. (2021). Búfalos abandonados ficaram 30 dias sem comida e 20 sem água, diz laudo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/bufalos-abandonados-ficaram-30-dias-sem-comida-e-20-sem-agua-diz-laudo.shtml>. Acesso em: 10 maio 2023.

6 UOL NOTÍCIAS. (2023). Búfalas de Brotas vão ficar sob responsabilidade de ONG, decide Justiça. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/03/31/bufalas-de-brotas-va-ao-ficar-sob-responsabilidade-de-ong-decide-tj-de-sao-paulo.htm#>. Acesso em: 10 maio 2023.



Crédito: Polícia Civil

Manifestações semelhantes ocorreram após o caso escandaloso do abate dos jumentos, quando números alarmantes surgiram entre 2006 e 2017, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que a população dessa espécie no Brasil **caiu de 600 mil para menos de 300 mil**⁷. Somente no estado da Bahia, entre fevereiro de 2021 e abril de 2022, foram 73 mil animais abatidos para exportação da sua pele para a produção do ejiao, bastante popular na medicina chinesa, embora não haja comprovação científica de que ele funcione. Uma petição nacional intitulada “Salve Jegue”⁸, coordenada pela ONG internacional *The Donkey Sanctuary*, está aberta desde maio de 2022 e já conta com quase **50 mil assinaturas**. Outras lideranças, como a Frente Nacional de Defesa dos Jumentos, estão liderando petições e trabalhando em conjunto com a sociedade para mobilizar parlamentares sobre o assunto.

7 AGÊNCIA BRASIL. (2022). ONG faz campanha nacional para acabar com abate de jegues. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2022-06/ong-faz-campanha-nacional-para-acabar-com-abate-de-jegues>. Acesso em: 10 maio 2023.

8 <https://salvejegue.com.br/>

Engajamentos globais na causa animal

Movimentos importantes também têm acontecido quando se trata de animais explorados diariamente para consumo humano pela indústria alimentícia. Em 2021, a União Europeia (UE), amplamente reconhecida como pioneira mundial na área de bem-estar animal, aprovou uma histórica iniciativa popular intitulada *End the Cage Age*⁹, encabeçada pela organização *Compassion in World Farming (CIWF)* e em colaboração com outras **170 ONGs**, que prevê o banimento do confinamento de animais de produção em gaiolas até 2027¹⁰. A ação, que obteve **mais de 1,4 milhão de assinaturas**, passou a figurar como um dos exemplos de maior engajamento da ferramenta democrática participativa da UE, o que confirma e impulsiona o movimento global em direção a uma produção mais ética dos alimentos de origem animal.

Em janeiro de 2022, uma carta foi enviada por **27 organizações brasileiras** ao Ministério do Meio Ambiente pedindo que o governo federal apoiasse uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) que introduz o bem-estar animal como preocupação política essencial no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)¹¹. Felizmente, a resolução inédita foi aprovada em março do mesmo ano, o que demonstra o comprometimento dos países-membros que aprovaram a proposta em consenso durante a 5ª Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Nairóbi,

9 <https://www.endthecageage.eu/>

10 CICLOVIVO. (2021). UE aprova fim da criação industrial de animais em gaiolas até 2027. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/eu-criacao-animais-em-gaiolas-2027/>. Acesso em: 10 maio 2023.

11 UOL. (2022). 27 organizações enviam carta a Ministério do Meio Ambiente para defender bem-estar animal. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/02/04/27-organizacoes-enviam-carta-a-meio-ambiente-para-defender-bem-estar-animal.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

no Quênia, em proteger os animais e seus habitats¹². Outro ponto é o compromisso que o PNUMA faça um estudo sobre a conexão entre bem-estar animal, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

ENTRE OS MOTIVOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A PROPOSTA AVANÇAR NA ONU, ESTÃO:

- **deter a perda da biodiversidade;**
- **mitigar as mudanças climáticas;**
- **reduzir a poluição;**
- **e reduzir o risco de novas doenças zoonóticas infecciosas como formas de alcançar o desenvolvimento sustentável.**

A pesquisa “Maior preocupação com bem-estar animal”, divulgada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 2022, reafirma o bem-estar animal como tendência em crescimento¹³. Seus resultados apontam que, de forma geral, as mudanças em curso voltadas ao bem-estar animal, tanto na legislação quanto nas práticas de produtores, cooperativas e agroindústrias, reforçam os padrões adotados na última década, os quais visam evitar a dor desnecessária e prover condições para a expressão do comportamento natural dos animais. E tais mudanças, abrangentes nos sistemas produtivos, invariavelmente envolvem os consumidores.

12 FORBES. (2022). ONU aprova resolução sobre bem-estar animal, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesesg/2022/03/onu-aprova-resolucao-sobre-bem-estar-animal-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 10 maio 2023.

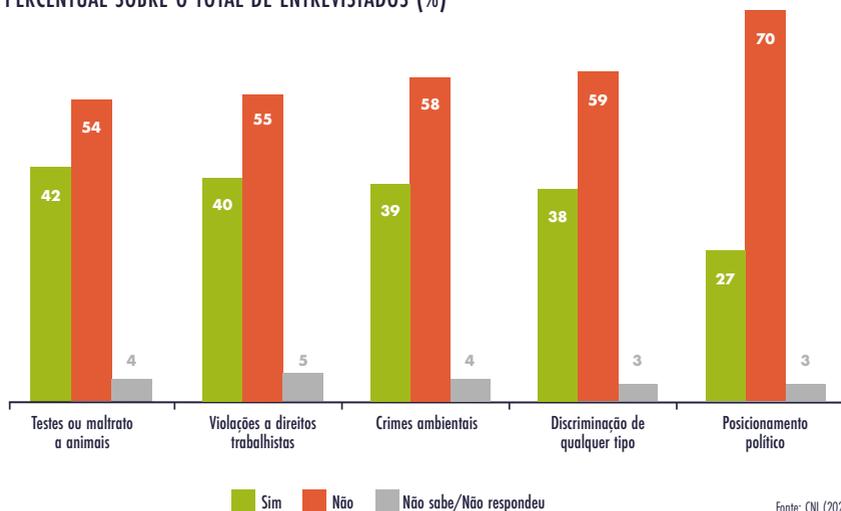
13 EMBRAPA. (2012). Maior preocupação com bem-estar animal. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/80070210/Maior+preocupa%C3%A7%C3%A3o+com+bem-estar+animal+-+mega+1.pdf/>. Acesso em: 10 maio 2023.

A última década no Brasil foi marcada por um crescimento expressivo no número de cidadãos que passaram a adotar hábitos e práticas de consumo mais sustentáveis que envolvam processos produtivos que respeitem o bem-estar animal. Esses fatos estão presentes na pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira - Hábitos Sustentáveis e Consumo Consciente”, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que aponta que **cerca de 74% dos brasileiros afirmaram adotar hábitos ambientalmente sustentáveis** no ano de 2022¹⁴.

Essa mudança comportamental tem mexido com a engrenagem da indústria: os dados apontam que a forma como são produzidos os alimentos e demais produtos tem influenciado a escolha por marcas que adotam práticas mais sustentáveis. De acordo com a mostra, aproximadamente **50% dos consumidores verificam se a produção foi responsável, enquanto que em 2019 esse percentual ficava em apenas 38%**. Entre os fatores que encabeçam essa mudança de atitude, estão crimes ambientais, violação aos direitos trabalhistas, testes e maus-tratos aos animais, os efeitos nocivos da indústria da carne e laticínios na saúde humana, posicionamento político das empresas e discriminação (seja econômica, racial, religiosa, de orientação sexual, de gênero ou outras). O levantamento da CNI conclui que pelo menos um dos motivos citados acima levou 59% da população a “boicotar” marcas ou empresas.

14 CNI. (2023). Pesquisa CNI de consumo 2023 - Hábitos sustentáveis e consumo consciente. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/03/PESQUISA-CONSUMO-CNI.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

Razões para deixar de consumir alguns produtos ou serviços PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ENTREVISTADOS (%)



Outros dados que comprovam o maior engajamento popular nos últimos anos são os levantados em 2021 pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipec), que mostraram que **46% dos brasileiros já deixaram de comer carne por vontade própria pelo menos uma vez por semana**¹⁵. Outro estudo sobre o tema, realizado pelo Ibope Inteligência em 2018, revela que 14% dos brasileiros se declaram vegetarianos¹⁶. Esse número representa um aumento de 75% em relação ao mesmo levantamento feito em 2012.

Mas, apesar do crescente interesse e mobilização por essas agendas, principalmente em crimes hediondos amplamente cobertos pela mídia e pela maior adesão ao flexitarianismo¹⁷ e outras dietas que

15 IPEC. (2021). Hábitos alimentares da população brasileira. Disponível em: https://sites.svb.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Pesquisa-Ibope_2021.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

16 IBOPE INTELIGÊNCIA. (2018). Pesquisa de opinião pública sobre vegetarianismo. Disponível em: https://www.svb.org.br/images/Documentos/JOB_0416_VEGETARIANISMO.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

17 FORBES. (2022). 28% dos brasileiros dizem ser flexitarianos, mostra pesquisa. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/12/28-dos-brasileiros-dizem-ser-flexitarianos/>. Acesso em: 10 maio 2023.

reduzem o consumo de carne, parte da população brasileira ainda desconhece ou pouco conhece sobre a produção e distribuição dos alimentos, incluindo os de origem animal, e seus impactos nocivos.

O direito de saber

Na indústria da carne e ovos, porcos, galinhas, frangos e peixes são animais que, em sua maioria, nascem e morrem confinados, embora isso ainda seja pouco explicitado para a sociedade civil. Visando a eficiência produtiva e o lucro, esses animais sencientes são muitas vezes submetidos pelos produtores a práticas que não consideram o seu bem-estar e que condenam suas vidas ao sofrimento crônico e à morte prematura. Porém, a omissão sobre a realidade dos aspectos que envolvem a pecuária intensiva e suas consequências nocivas, que vão desde o manejo pelos trabalhadores ao processamentos das carnes, pode repelir mudanças positivas nos hábitos alimentares dos cidadãos e atrasar o desenvolvimento de políticas que incluem melhorias nas vidas dos animais, bem como a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

Nessa cadeia de produção tão poderosa que atinge a todos, o consumidor não deveria ser alienado ou ludibriado, uma vez que sua escolha por alimentos, induzida ou não, fomenta os modos de produção que o geraram, quando, idealmente, ele deveria estar munido de informações suficientes para uma tomada de decisão responsável e coerente com seus ideais. Os fatores atribuídos a essa desconexão acerca dos alimentos pela população são complexos e multifacetados, mas alguns pontos de grande relevância atual podem ser citados:

• **Urbanização:** hoje, aproximadamente 80% do consumo global de alimentos ocorre em centros urbanos¹⁸ e esse distanciamento do contexto rural de produção dificulta o entendimento e a conexão de como, onde e por quem os alimentos são cultivados, criados e distribuídos.

• **Publicidade que induz ao erro:** entre as muitas facetas do marketing de alimentos, o consumidor pode ser impactado com a mensagem em rótulos e propagandas comerciais de que empresas são comprometidas com o bem-estar animal e outras boas práticas socioambientais, mesmo que isso não corresponda à realidade, como no caso da aplicação de imagens de galinhas soltas na embalagem de ovos produzidos em sistemas convencionais (gaiolas em bateria). Também pode ocorrer na rotulagem a aplicação de selos arbitrários de suposta certificação de “bem-estar animal” e de “sustentabilidade” sem critérios científicos e éticos ou concedido por parte não isenta, o que indica a prática de *greenwashing*¹⁹.

• **Falta de transparência:** boa parte da indústria alimentícia não está disposta a comprovar publicamente que sua produção não está ligada a práticas prejudiciais à saúde humana, ao meio ambiente, aos animais e aos seus trabalhadores. É o que corroboram os últimos resultados do indicador Radar Verde que, em 2022, convidou 90 frigoríficos e 69 redes varejistas a atestar que suas políticas garantem que a carne que compram e vendem não está associada ao desmatamento na Amazônia. Apenas 5% das empresas aceitaram participar da pesquisa e

18 EMBRAPA. Cidades e alimentação. Disponível em: <https://www.embrapa.br/alimentos-e-territorios/areas-de-atuacao/cidades-e-alimentacao>. Acesso em: 12 maio 2023.

19 CERTIFIED HUMANE BRASIL. (2021). Cuidados com falsos selos de bem-estar animal: entenda o diferencial da Certified Humane. Disponível em: <https://certifiedhumanebrasil.org/cuidados-com-falsos-selos-de-bem-estar-animal-entenda-o-diferencial-da-certified-humane/>. Acesso em: 12 maio 2023.

nenhuma autorizou a divulgação de sua classificação final²⁰.

• **Rotulagem incompreensível:** as informações contidas nos rótulos são a principal forma de comunicação entre quem produz e quem consome e, por isso, é muito importante que a rotulagem seja clara por partes dos fornecedores, seguindo as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)²¹. Dados levantados junto à população demonstram que aproximadamente 70% das pessoas consultam os rótulos dos alimentos no momento da compra, no entanto, mais da metade não compreende adequadamente o significado das informações.

É importante a superação desses obstáculos de forma abrangente pelos governantes, sociedade e os setores privados para que possamos avançar em direção a práticas humanitárias mais sustentáveis da produção animal.

20 RADAR VERDE. (2022). Resultados 2022. Disponível em: <https://radarverde.org.br/resultados-2022/>. Acesso em: 12 maio 2023.

21 ANVISA. (2020). Rotulagem - Manual de orientações aos consumidores. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/alimentos/manuais-guias-e-orientacoes/manual_consumidor.pdf/view. Acesso em: 12 maio 2023.

A RELEVÂNCIA AMBIENTAL DA CAUSA ANIMAL

É conhecido o papel expressivo que a pecuária desempenha no Brasil, especialmente para o setor agropecuário, contribuindo de maneira significativa para o Produto Interno Bruto (PIB), para as exportações e para a geração de empregos e renda no país²². Entretanto, é impossível desconsiderar os impactos ambientais inerentes a essa atividade e as suas consequências.

Degradação ambiental e ineficiência alimentar

A produção de carne mais do que triplicou nos últimos 50 anos²³, e **cerca de 80 bilhões de animais terrestres são criados e abatidos anualmente em todo o mundo**²⁴, visando atender às crescentes demandas de consumo de uma população projetada para superar 9,7 bilhões de pessoas até 2050²⁵. Somente no Brasil, mais de **6 bilhões de animais terrestres, entre frangos, suínos e**

22 CEPEA. (2022). Agronegócio: conceito e evolução. Disponível em: https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o_jan22_.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

23 OUR WORLD IN DATA. (2019). Meat and dairy production. Disponível em: <https://ourworldindata.org/meat-production>. Acesso em: 11 maio 2023.

24 OUR WORLD IN DATA. (2019). Meat and dairy production. Disponível em: <https://ourworldindata.org/meat-production>. Acesso em: 11 maio 2023.

25 ONU. (2023). Population. Disponível em: <https://www.un.org/en/global-issues/population>. Acesso em: 11 maio 2023.

bovinos²⁶, e 860 mil toneladas de peixes²⁷ são criados e abatidos para consumo humano todos os anos. Cada um desses animais demanda recursos naturais, como terra, alimento, água e energia para o seu crescimento e desenvolvimento, e produzem uma quantidade expressiva de dejetos e poluentes que, se não manejados e tratados adequadamente, causam prejuízos ambientais incalculáveis²⁸.

Atualmente, cerca de **41% do território brasileiro é ocupado por atividades agropecuárias²⁹**, que promovem desmatamento recorde³⁰ a cada ano e degradação do solo, sendo responsáveis por um terço das emissões antropogênicas globais de gases de efeito estufa (GEE)³¹. Esses impactos ocorrem devido à expansão das pastagens e ao intenso uso de insumos agrícolas, como fertilizantes, herbicidas e pesticidas³². Um trágico exemplo disso é a devastação da Amazônia, que atingiu níveis alarmantes e está próxima de se tornar irreversível. A degradação de cerca de 38% da área da floresta compromete suas funções e capacidade de regeneração, sendo impulsionada por

26 IBGE. (2022). Pesquisa trimestral do abate de animais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9203-pesquisas-trimestrais-do-abate-de-animais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 11 maio 2023.

27 PEIXE BR. Associação Brasileira da Piscicultura - Peixe BR. Disponível em: <https://www.peixebr.com.br/>. Acesso em: 11 maio 2023.

28 EMBRAPA. (2000). Alternativas de manejo, tratamento e utilização de dejetos animais em sistemas integrados de produção. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/484473/alternativas-de-manejo-tratamento-e-utilizacao-de-dejetos-animais-em-sistemas-integrados-de-producao>. Acesso em: 11 maio 2023.

29 AGÊNCIA BRASIL. (2019). Censo Agropecuário: Brasil tem 5 milhões de estabelecimentos rurais. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuario-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais#>. Acesso em: 10 maio 2023.

30 INPE. (2023). Desmatamento na Amazônia e no Cerrado bate recorde para fevereiro, diz INPE. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/10/desmatamento-na-amazonia-e-no-cerrado-bate-recorde-para-fevereiro-diz-inpe.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2023.

31 FAO. (2022). Greenhouse gas emissions from agrifood systems: global, regional and country trends, 2000–2020. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc2672en/cc2672en.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

32 FAO. (2013). Tackling climate change through livestock: a global assessment of emissions and mitigation opportunities. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3437e/i3437e.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

ação humana por meio de fogo, extração ilegal de madeira, efeitos de borda (quando áreas de floresta são modificadas e perdem suas características por efeitos secundários de desmatamento em áreas vizinhas) e secas extremas cada vez mais frequentes³³.

Os impactos sobre o uso da terra da agropecuária na América do Sul figuram na segunda posição de um ranking da *Trucost*, que elenca os cinco principais setores industriais classificados pelo total de danos ecológicos impostos em todo o mundo. O ranking compõe um relatório elaborado pela consultoria ambiental vinculado ao PNUMA, que estima que essa atividade custe cerca de **US\$ 353,8 bilhões em capital natural**³⁴.

O resultado líquido desse sistema de produção de alimentos é considerado extremamente ineficiente em termos de conversão de alimento em proteína animal, uma vez que consome grandes quantidades de recursos naturais e produz menos calorias que a produção de alimentos vegetais, o que pode ter impactos significativos sobre a segurança alimentar global e a sustentabilidade ambiental. Em média, dez vezes mais calorias do que a quantidade disponível na carne são necessárias para alimentar os animais criados para consumo, o que representa um desperdício de cerca de 90% das calorias oriundas de cultivos vegetais, que poderiam ser destinados diretamente para alimentação da população humana³⁵. Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o mundo produz hoje mais de 2,74 bilhões de toneladas de grãos, e essa quantidade seria mais do que suficiente para alimentar a

33 OBSERVATÓRIO DO CLIMA. (2023). “Amazônia perdida”: 38% da floresta sofre com degradação, aponta estudo. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/amazonia-perdida-38-da-floresta-sofre-com-degradacao-aponta-estudo/>. Acesso em: 11 maio 2023.

34 TRUCOST. (2013). Natural capital at risk: the top 100 externalities of business. Disponível em: <http://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/Trucost-Nat-Cap-at-Risk-Final-Report-web.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

35 CASSIDY, E. S. et al. (2013). Redefining agricultural yields: from tonnes to people nourished per hectare. *Environmental Research Letters*, 8 (3):034015. DOI: 10.1088/1748-9326/8/3/034015.

população mundial, mas grande parte dessa produção é destinada à alimentação de animais de produção, como aves, suínos e bovinos³⁶.

Escassez hídrica

A agropecuária é altamente dependente de fontes de água disponíveis, sendo responsável por **mais de 90% do consumo hídrico global**, principalmente para irrigação de lavouras e dessedentação animal³⁷. Assim como a relação entre o uso do solo e a quantidade de calorias produzidas, a utilização dos recursos hídricos pelo setor é igualmente ineficiente do ponto de vista energético.

A produção de alimentos de origem animal requer um aporte de água muito superior a de alimentos vegetais, demandando cerca de 10 a 20 mil litros de água para produção de um quilo de carne bovina, o que pode chegar a 20 vezes mais que o necessário para se produzir um quilo de alimento vegetal*.

* MEKONNEN M. M. & HOEKSTRA A. Y. (2012). A global assessment of the water footprint of farm animal products. *Ecosystems*, 15: 401-415. DOI: 10.1073/pnas.0703333104.

Assim, compreender a correlação entre a disponibilidade de água e a preservação da vegetação nativa dos biomas é essencial para o setor agropecuário. O desmatamento e a expansão de áreas de pastagem, o cultivo de commodities agrícolas e os incêndios e queimadas irregulares de causa antrópica têm sido os principais vetores de degradação do Cerrado, bioma com papel essencial para

36 FAO. (2023). World food situation - Cereal supply and demand brief. Disponível em: <https://www.fao.org/worldfoodsituation/csdb/en/>. Acesso em: 12 maio 2023.

37 IBGE. (2020). Contas econômicas ambientais da água: Brasil 2013-2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101710_informativo.pdf. Acesso em: 09 maio 2023.

a conservação da biodiversidade e regulação do clima mundial. A diminuição da vazão dos rios e a modificação dos ciclos das chuvas geram crises de disponibilidade de água para irrigação, abastecimento humano e animal, industrial, geração de energia e aquicultura, prejudicando a produtividade agrícola em diversas regiões do país³⁸.

Além disso, o enorme volume de dejetos produzidos pelos animais e efluentes líquidos provenientes dos abatedouros constituem fonte importante de contaminação ambiental, principalmente dos recursos hídricos³⁹. Quando despejados no ambiente sem tratamento, podem contaminar lençóis freáticos e reservatórios, causar eutrofização dos corpos d'água, alterar a biodiversidade e contribuir para as zonas mortas costeiras, além de carrear resíduos de antibióticos, hormônios, pesticidas e fertilizantes⁴⁰.

A crise por escassez de água já é uma realidade que afeta muitos países, podendo ser potencializada pelas alterações climáticas e se tornar a principal causa de conflitos entre nações^{41,42}. A adoção de medidas de economia dos recursos hídricos inevitavelmente deve passar o meio rural, sendo fundamentais para garantir a segurança alimentar, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Assim, o emprego de sistemas de irrigação eficientes, o uso de técnicas de manejo do solo que aumentam a capacidade de retenção de água, o

38 ISPN. (2018). Estratégias políticas para o Cerrado. Disponível em: https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2018/10/Estrategias-Politicas-para-o-Cerrado_web-1.pdf. Acesso em: 09 maio 2023.

39 BNDES. (2016). Impactos ambientais da suinocultura: desafios e oportunidades. BNDES Setorial, 44: 125-156. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/9974/2/BS%2044%20Impactos%20ambientais%20da%20suinocultura_P.pdf. Acesso em: 09 maio 2023.

40 FAO. (2006). Livestock's long shadow: environmental issues and options. Disponível em: <https://www.fao.org/3/a0701e/a0701e.pdf>. Acesso em: 09 maio 2023.

41 G1. (2023). Relatório da ONU aponta risco de crise global por escassez de água. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/03/21/relatorio-da-onu-aponta-risco-de-crise-global-por-escassez-de-agua.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2023.

42 JORNAL DA USP. (2022). Crises de escassez hídrica podem ser potencial fator para estopim de conflitos no mundo. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/crises-de-escassez-hidrica-podem-ser-potencial-fator-para-estopim-de-conflitos-no-mundo/>. Acesso em: 09 maio 2023.

tratamento e destinação adequados dos dejetos e a recuperação de áreas degradadas são práticas que podem contribuir para minimizar os impactos da agropecuária sobre os recursos hídricos.

Perda de biodiversidade

A agropecuária tem sido uma das principais causas da perda de biodiversidade no Brasil, sendo responsável por **cerca de 80% do desmatamento na Amazônia**, motivado pela expansão da pecuária e da fronteira agrícola⁴³. Essa perda tem consequências graves para o meio ambiente e para a sociedade, uma vez que a biodiversidade é essencial para o equilíbrio dos ecossistemas, para a polinização de plantas cultivadas, para a manutenção da qualidade do solo e da água e para a regulação do clima. Além disso, muitas comunidades tradicionais e povos indígenas dependem das espécies nativas para subsistência e para a manutenção de suas culturas.

A atividade também é responsável pela degradação e fragmentação de habitats naturais, sendo associada ao avanço do fogo em áreas de vegetação nativa, o que pode levar à extinção de espécies e à redução da diversidade biológica. A utilização de agrotóxicos e de fertilizantes químicos na agricultura também é responsável pela contaminação de solos e recursos hídricos, afetando a fauna e a flora. Além disso, a monocultura e a seleção genética de plantas e animais para a produção em larga escala podem contribuir para

43 BRASIL DE FATO. (2019). Pecuária é responsável por 80% do desmatamento na Amazônia, afirma pesquisadora. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/05/pecuaria-e-responsavel-por-80-do-desmatamento-na-amazonia-afirma-pesquisadora>. Acesso em: 12 maio 2023.

diminuição da diversidade biológica^{44,45}.

Com relação às espécies aquáticas, a pesca ilegal e predatória está relacionada à diminuição da abundância e diversidade de espécies e ao impacto sobre seus habitats e os ecossistemas, além de ter consequências socioeconômicas desastrosas⁴⁶. Globalmente, entre 8 e 14 milhões de toneladas métricas de capturas não declaradas são negociadas ilicitamente a cada ano, totalizando receitas brutas de US\$ 9 a US\$ 17 bilhões. **Estima-se que o impacto econômico anual devido ao desvio de peixes do sistema de comércio legal seja de US\$ 26 a US\$ 50 bilhões**, enquanto as perdas nas receitas fiscais dos países figuram entre US\$ 2 e US\$ 4 bilhões.⁴⁷ Assim, é imprescindível a adoção de práticas sustentáveis de pesca e o fortalecimento da fiscalização e regulamentação da atividade para a conservação dos recursos pesqueiros e da biodiversidade aquática e da viabilidade econômica do setor.

Terras indígenas

A expansão da fronteira agrícola e a invasão de terras indígenas para a criação de gado têm violado direitos humanos e ameaçado a vida, a subsistência e a cultura dessas comunidades, além de causarem

44 ZIMMERMANN, C. L. (2009). Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. *Veredas do Direito*, v.6, n.12, p.79-100. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/211934062.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

45 CANAL RURAL. (2013). Pesquisador afirma que cerca de 75% da diversidade genética de culturas agrícolas foi perdida no último século. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pesquisador-afirma-que-cerca-diversidade-genetica-culturas-agricolas-foiperdada-ultimo-seculo-28680/>. Acesso em: 10 maio 2023.

46 SÃO PAULO (Estado). (2014). *Caderno Pesca Sustentável – 1ª Reimpressão*. Secretaria do Meio Ambiente/ Coordenadoria de Educação Ambiental. Disponível em: <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2014/11/caderno-18-pesca-sustentavel.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

47 SUMAILA U.R. et al. (2020). Illicit trade in marine fish catch and its effects on ecosystems and people worldwide. *Science Advances* 26;6(9):eaaz3801. DOI: 10.1126/sciadv.aaz3801.

degradação ambiental e perda de biodiversidade⁴⁸. O avanço das monoculturas e a intensificação do uso de pesticidas e fertilizantes químicos na produção de ração animal também contaminam as fontes de água e alimentos dessas comunidades, causando prejuízos à saúde dos indivíduos^{49,50}. É uma verdadeira “chuva de agrotóxico”, de acordo com moradores indígenas próximos às plantações que são pulverizadas com aviões em determinados períodos da safra de soja ou milho⁵¹. **Em 2021, 720 mil toneladas de ingrediente ativo de pesticida foram comercializadas no Brasil**, movimentando mais de US\$ 14 bilhões. Nos últimos seis anos, **dos mais de 2 mil defensivos agrícolas que foram registrados no Brasil, um em cada três foi proibido na União Europeia** devido aos danos causados à saúde da população⁵².

Se por um lado os povos indígenas e as comunidades tradicionais protagonizam a conservação da agrobiodiversidade e a promoção da soberania e segurança alimentar nacional, por outro, eles sofrem com a falta de regularização fundiária de seus territórios e de políticas públicas perenes que assegurem os seus direitos. A falta de um ordenamento territorial tem acirrado tensões e conflitos envolvendo o acesso e posse dos territórios, assim como a disponibilidade e a utilização de

48 MPF. (2022). PF confirma invasão de fazendeiros perto de aldeias da Terra Indígena Apyterewa. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/pf-confirma-invasao-de-fazendeiros-perto-de-aldeias-da-terra-indigena-apyterewa>. Acesso em: 12 maio 2023.

49 CIMI. (2022). Invasões de terras indígenas tiveram novo aumento em 2021, em contexto de violência e ofensiva contra direitos. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/>. Acesso em: 12 maio 2023.

50 MPF. (2022). MPF quer que responsáveis por contaminação com agrotóxicos tratem da saúde de indígenas e agricultores no Pará. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/tratamento-indenizacao-agrotoxicos-indigenas-agricultores-familiares>. Acesso em: 12 maio 2023.

51 CIMI. (2022). Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

52 SENADO FEDERAL. (2023). Pulverização aérea de agrotóxico pode causar doenças e até matar, dizem debatedores. Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/15/pulverizacao-aerea-de-agrotoxico-pode-causar-doencas-e-ate-matar-dizem-debatedores>. Acesso em: 10 maio 2023.

recursos naturais nessas regiões⁵³.

Sendo assim, assegurar a proteção jurídica das terras indígenas é fundamental para manutenção da integridade etnocultural dos povos indígenas e para que o Brasil cumpra seus compromissos com a mitigação da crise climática e a proteção da biodiversidade.

Crise climática

As mudanças climáticas ocupam o topo do ranking de riscos para o agronegócio no mundo, de acordo com o relatório anual da *Allianz Global Corporate & Specialty (AGCS)*⁵⁴ e já afetam a produção pecuária, com impactos diretos do estresse térmico na mortalidade, na produtividade, na qualidade das pastagens e na saúde dos animais. O último relatório lançado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) prevê que **as perdas na produção de carne bovina e de laticínios podem chegar a US\$ 31 bilhões e US\$ 9 bilhões por ano, respectivamente, até o final do século** considerando um cenário de emissões muito altas de GEE⁵⁵.

Além de ser responsável por uma parcela significativa das emissões globais de GEE, principalmente de metano, gás 80x mais potente que o CO₂ em termos de aquecimento global⁵⁶, a pecuária está associada ao desmatamento de áreas florestais para a expansão das pastagens e cultivo de ração para alimentação animal. A remo-

53 ISPN. (2018). Estratégias Políticas para o Cerrado. Disponível em: https://ispn.org.br/site/wp-content/uploads/2018/10/Estrategias-Politicas-para-o-Cerrado_web-1.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

54 VALOR ECONÔMICO. (2023). Mudança do clima é a maior preocupação de executivos. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2023/05/08/mudanca-do-clima-e-a-maior-preocupacao-de-executivos.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2023.

55 IPCC. (2022). Chapter 5: food, fibre and other ecosystem products. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/chapter-5/>. Acesso em: 12 maio 2023.

56 UNEP. (2021). As emissões de metano estão impulsionando a mudança climática. Veja como reduzi-las. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/emissoes-de-metano-estao-impulsionando-mudanca-climatica-veja>. Acesso em: 10 maio 2023.

ção das florestas, muitas vezes através do fogo, afeta o sequestro de carbono, resultando na liberação de grandes quantidades de CO₂ armazenadas em sua biomassa e solo.⁵⁷ Somado a isso, a produção e o processamento de ração animal para produção industrial também contribuem para o efeito estufa, representando 45% do total de emissões agrícolas.⁵⁸ Além das emissões dos combustíveis fósseis usados para a produção de fertilizantes, a aplicação desses compostos nitrogenados no solo libera óxido nitroso (N₂O), o que intensifica o efeito estufa.⁵⁹

A produção global de alimentos ameaça a estabilidade climática, a resiliência dos ecossistemas e a sobrevivência das comunidades indígenas, sendo imprescindível repensar o sistema alimentar hegemônico no Brasil e no mundo para que seja viável cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e o Acordo de Paris.

Portanto, é importante considerar a segurança alimentar nas políticas públicas e priorizar investimentos na adoção de modalidades propostas no Plano ABC e no Planaveg, dada a sua relevância no ordenamento territorial e adequação legal, e na diminuição da vulnerabilidade do produtor rural à variabilidade do clima e dos eventos climáticos extremos. Além disso, o desenvolvimento de políticas públicas que efetivamente internalizem os custos ambientais e que assegurem os direitos das comunidades indígenas são elementos-chave para minimizar os impactos ambientais e sociais da atividade.

57 FAO. (2013). Tackling climate change through livestock: a global assessment of emissions and mitigation opportunities. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3437e/i3437e.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

58 FAO. Key facts and findings. Disponível em: <https://www.fao.org/news/story/en/item/197623/icode/>. Acesso em: 10 maio 2023.

59 MIT. (2021). Fertilizer and climate change. MIT Climate Portal. Disponível em: <https://climate.mit.edu/explainers/fertilizer-and-climate-change>. Acesso em: 10 maio 2023.

CAUSA ANIMAL E SAÚDE PÚBLICA

Já vimos nas páginas anteriores a importância de discutir a causa animal dentro de âmbitos sociais e também ambientais. Contudo, um terceiro aspecto significativo para compreender a relevância da causa animal é considerá-la dentro do tema de Saúde Pública, ou melhor, de Saúde Única.

Saúde Única representa uma visão integrada que considera a indissociabilidade entre saúde humana, saúde animal e saúde ambiental. É um conceito proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), a FAO e o PNUMA.

Tal abordagem mobiliza vários setores e comunidades em diferentes níveis da sociedade, para trabalhar em conjunto na promoção do bem-estar e enfrentar as ameaças à saúde e aos ecossistemas. Ao mesmo tempo, busca atender às demandas da comunidade por água, energia e ar limpos, alimentos seguros e nutritivos e sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta, contribuindo para o desenvolvimento sustentável considerando as evidências das mudanças climáticas.

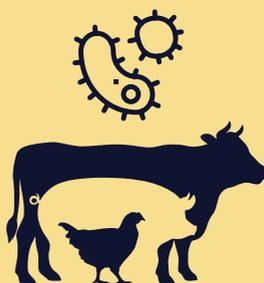
Em relatório⁶⁰ lançado no Dia Mundial das Zoonoses, instituído em 6 de julho de 2020, a ONU identificou a abordagem da Saúde Única como a melhor forma de prevenir e responder aos surtos de doenças zoonóticas e futuras pandemias.

⁶⁰ UNEP and ILRI. (2020). Preventing the next pandemic: zoonotic diseases and how to break the chain of transmission. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-07/UNEP-Preventing-the-next-pandemic.pdf>. Acesso em: 08 maio 2023.

Evitando novas pandemias

A preocupação quanto às zoonoses – doenças infecciosas transmitidas entre animais e seres humanos – sempre foi pauta pública mundial, mas ganhou destaque com a pandemia provocada pelo COVID-19. É inegável a necessidade de fomentar a interação e colaboração entre médicos veterinários, médicos e demais profissionais de saúde e meio ambiente.

Zoonoses correspondem a mais de 60% das doenças infecciosas em humanos.



3 a cada 5 novas doenças humanas que aparecem, por ano, são de origem animal.

De acordo com o mesmo relatório da ONU⁶¹, entre as tendências que impulsionam o surgimento de doenças zoonóticas estão a crescente demanda por proteína animal, a expansão agrícola intensiva e não sustentável, o aumento da exploração da vida selvagem e a crise climática.

“Se continuarmos explorando a vida selvagem e destruindo os ecossistemas, podemos esperar um fluxo constante de doenças transmitidas de animais para seres humanos nos próximos anos.” (Inger Andersen, Diretora-executiva do PNUMA)

⁶¹ UNEP and ILRI. (2020). Preventing the next pandemic: zoonotic diseases and how to break the chain of transmission. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-07/UNEP-Preventing-the-next-pandemic.pdf>. Acesso em: 08 maio 2023.

Além da questão ambiental e da fauna silvestre, alguns patógenos (microorganismos que causam doenças) gerados em sistemas agroindustriais bioinseguros e intensivos (confinamento de animais) resultam em afecções zoonóticas. Um exemplo é a gripe aviária de alta patogenicidade (HPAI), uma importante doença de aves domésticas que circula comensalmente no ambiente em populações de aves silvestres.

Para gerar pandemias humanas de gripe altamente patogênicas, as variantes do vírus Influenza devem passar por uma evolução mais complexa, com a mistura de vírus em diferentes animais domésticos, geralmente suínos e aves, e interagir com variantes de Influenza que acometem humanos. Entretanto, o contínuo contato próximo entre aves domésticas e trabalhadores dos aviários pode acelerar ou propiciar ainda mais esse fenômeno.

Nas últimas décadas, doenças novas foram drasticamente destrutivas. Entre os exemplos mais proeminentes estão: influenza aviária, influenza humana (H1N1), síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS) e síndrome respiratória aguda grave (SARS), a maioria das quais com envolvimento comprovado ou suspeito de animais domésticos na transmissão; apenas a SARS tem um reservatório suspeito de vida selvagem peridoméstica, embora ainda não comprovado.

Essas e outras zoonoses emergentes das últimas décadas tiveram **custos diretos de mais de US\$ 100 bilhões**. E, caso esses surtos tivessem se tornado pandemias humanas, as perdas teriam chegado a vários trilhões de dólares, sendo que o custo de reduzir os riscos e prevenir pandemias pode ser **100 vezes menor** do que os gastos para remediá-las⁶². Apesar dos enormes impactos socioeconômicos reais e potenciais das doenças zoonóticas emergentes, e apesar do consenso geral de que prevenir é melhor que remediar,

⁶² UNEP and ILRI. (2020). Preventing the next pandemic: zoonotic diseases and how to break the chain of transmission. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-07/UNEP-Preventing-the-next-pandemic.pdf>. Acesso em: 08 maio 2023.

os investimentos e **a disposição política de controlá-los em sua origem têm sido insuficientes até o momento.**

Além dessas medidas para evitar novas epidemias/pandemias, é preciso agir urgentemente contra a resistência antimicrobiana, um fenômeno que ocorre naturalmente, mas que tem sido intensamente acelerado pelo uso descomedido de antibióticos, principalmente em animais criados para alimentação. Isso aumenta o potencial de cepas de patógenos zoonóticos resistentes a esses medicamentos, capazes de se espalhar rapidamente em populações animais e humanas.

10 ações práticas que os governos podem tomar para evitar epidemias

- 1** Investir em abordagens interdisciplinares, como Saúde Única;
- 2** Incentivar pesquisas científicas sobre doenças zoonóticas;
- 3** Melhorar as análises de custo-benefício das intervenções para incluir o custo total dos impactos;
- 4** Aumentar a sensibilização sobre as doenças zoonóticas;
- 5** Fortalecer o monitoramento e a regulamentação de práticas associadas às zoonoses, inclusive de sistemas alimentares;
- 6** Incentivar práticas de gestão sustentável da terra e desenvolver alternativas para garantir a segurança alimentar e meios de subsistência que não dependam da destruição dos habitats e da biodiversidade;
- 7** Melhorar a biossegurança, identificando os principais vetores das doenças nos rebanhos e incentivando medidas comprovadas de manejo e controle de doenças zoonóticas;
- 8** Apoiar o gerenciamento sustentável de paisagens terrestres e marinhas a fim de ampliar a coexistência sustentável entre agricultura e vida selvagem;
- 9** Fortalecer a capacidade dos atores do setor de saúde em todos os países;
- 10** Operacionalizar a abordagem da One Health no planejamento, implementação e monitoramento do uso da terra e do desenvolvimento sustentável, entre outros campos.

Superbactérias e a Resistência Antimicrobiana (RAM)

• Como surgem as superbactérias?

Os antimicrobianos têm sido essenciais no tratamento de doenças infecciosas em humanos, animais e plantas há décadas. No entanto, sua eficácia está agora em risco porque vários tratamentos antibióticos, antivirais, antiparasitários e antifúngicos não funcionam mais devido à RAM.

As bactérias, vírus, parasitos e fungos são microrganismos que possuem diversos mecanismos de adaptação para sobreviver, como por exemplo, uma mutação genética que as tornam resistentes aos antimicrobianos, ou seja, não são mais eliminados por esses medicamentos. Entretanto, o nosso uso equivocado dos antimicrobianos, por décadas, tem acelerado esse fenômeno.

• Quais são os possíveis impactos sanitários, econômicos e sociais da RAM?

O aumento da RAM em patógenos humanos e animais está entre as dez principais ameaças que comprometem a saúde global⁶³.

Só em **2019, cerca de 1,2 milhão de pessoas morreram** no mundo por doenças associadas à RAM⁶⁴, e a tendência é de um aumento progressivo enquanto não mudarmos o modo como utilizamos os antimicrobianos. Quanto mais patógenos resistentes surgem, menos medicamentos funcionam para tratamento. Segundo um

63 WHO. (2021). Antimicrobial resistance: key facts, 17 November. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/antimicrobial-resistance>. Acesso em: 08 maio 2023.

64 ANTIMICROBIAL RESISTANCE COLLABORATORS. (2022). Global burden of bacterial antimicrobial resistance in 2019: a systematic analysis. *Lancet*, 399: 629-655. DOI: 10.1016/S0140-6736(21)02724-0.

relatório da ONU⁶⁵, estima-se que, **até 2050, podem ocorrer até 10 milhões de mortes globalmente por ano**, afetando economias e levando mais pessoas à pobreza. Se não for tratada, a RAM também pode afetar significativamente a produção agropecuária, impactando novamente as economias e a segurança alimentar, e os países de baixa e média renda arcarão com a maior parte do ônus.

De acordo com o Banco Mundial, na próxima década, a RAM pode resultar em um déficit do PIB de US\$ 3,4 trilhões anualmente e levar mais **24 milhões de pessoas à pobreza extrema**⁶⁶.

A RAM também exacerba as desigualdades sociais. Grupos incluindo mulheres, crianças, migrantes, refugiados, pessoas empregadas em certos setores (por exemplo, agropecuária ou saúde) e aqueles que vivem na pobreza podem ser particularmente vulneráveis e/ou mais expostos a infecções resistentes a medicamentos⁶⁷.

• **Antibióticos na pecuária intensiva**

A criação confinada de animais para alimentação humana utiliza antibióticos, há décadas, para mascarar os efeitos negativos intrínsecos à pecuária industrial⁶⁸, como a maior transmissibilidade de doenças, já que os animais ficam enclausurados em ambientes parcial ou completamente fechados.

Muitos antibióticos usados na produção animal são idênticos ou

65 UNEP. (2023). Bracing for superbugs: Strengthening environmental action in the One Health response to antimicrobial resistance. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/superbugs/environmental-action>. Acesso em: 08 maio 2023.

66 JONAS O. B. et al. (2017). Drug-resistant infections: a threat to our economic future (vol. 2): final report. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/323311493396993758/final-report>. Acesso em 08 maio 2023.

67 WHO, FAO and WOA. (2021). Antimicrobial resistance and the United Nations sustainable development cooperation framework: guidance for United Nations country teams. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240036024>. Acesso em: 08 maio 2023.

68 UNEP and ILRI. (2020). Preventing the next pandemic: zoonotic diseases and how to break the chain of transmission. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-07/UNEP-Preventing-the-next-pandemic.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

compartilham uma estrutura química semelhante à dos usados na medicina humana. São administrados rotineiramente para **prevenir** doenças e para **acelerar o crescimento** dos animais, e não apenas para tratar infecções diagnosticadas. Essa prática inadequada promove a seleção de microrganismos resistentes nos animais e no ambiente por contaminação com resíduos desses fármacos, uma vez que águas residuais são utilizadas para irrigação de plantações e o esterco, como fertilizante.

E se o abate dos animais for realizado antes da completa metabolização e eliminação dos antimicrobianos pelo seu organismo, esses resíduos permanecem na carne e em outros tecidos, sendo ingeridos e absorvidos pelas pessoas, cujos organismos também propiciarão o surgimento de superbactérias.

O Brasil é o maior exportador de carne do mundo, contudo, não reporta sobre o uso de antimicrobianos na pecuária, e à medida que um número crescente de consumidores está se conscientizando dos potenciais benefícios de escolher produtos “livres” desses medicamentos, seu mercado de exportação (e interno) tende a se tornar bastante ameaçado.

RECOMENDAÇÕES GOVERNAMENTAIS

- **Maior controle e transparência sobre a comercialização e uso de antimicrobianos por parte dos órgãos oficiais e de empresas;**
- **Proibição do uso de antimicrobianos como promotores de crescimento ou de forma preventiva;**
- **Adoção de medidas regulatórias para controlar a poluição ambiental, a qual permite a disseminação de genes resistentes a antibióticos no solo, na água e no ar.**

A necessidade urgente de reduzir o uso de antimicrobianos na pecuária é irrefutável por questões de saúde única em nível global. Entende-se que muitas das motivações que levaram os produtores a administrarem esses fármacos, principalmente para fins preventivos, são resultantes de inadequadas condições ambientais e de manejo, que resultam em baixos níveis de bem-estar e sanidade animal.

Animais alojados em espaços com enriquecimento ambiental e livres para expressar o seu comportamento natural estão mais resistentes a doenças e, portanto, demandam menos antibióticos, que seriam usados apenas para tratar doenças. Dessa forma, adotar melhores práticas de bem-estar animal não apenas se torna imprescindível por conta de aspectos éticos ou de produtividade sustentável, mas também pelo viés de saúde humana, animal e ambiental.

CONSTRUINDO AÇÕES CONCRETAS

Bem-estar animal

O bem-estar animal é um dos principais tópicos de interesse na pecuária moderna e é uma ciência já bem estabelecida. Definido como o “estado físico e psicológico de um indivíduo em relação às suas tentativas de se adaptar ao meio em que vive”⁶⁹, pode variar em um contínuo que vai de extremamente positivo a extremamente negativo⁷⁰, determinando a escala de qualidade de vida dos animais. Tratando-se de animais de produção, todos os anos, mais de 80 bilhões de animais em todo o mundo são criados para fornecer carne, leite, ovos e outros produtos para consumo humano⁷¹. É importante notar que esses animais são seres sencientes, ou seja, capazes de sentir emoções, como medo e felicidade⁷². Compreender suas necessidades permite melhorar a qualidade de vida desses animais e tornar os sistemas produtivos mais sustentáveis.

Com os avanços dos estudos e discussões sobre o tema, foi proposto o modelo dos Cinco Domínios do Bem-Estar Animal⁷³, projetado como uma ferramenta para avaliar o bem-estar de forma completa, sistemática e abrangente. São eles:

69 BROOM D. M. (2004). Animal welfare: concepts and measurement. *Journal of Animal Science*, 69(10): 4167-4175. DOI: 10.2527/1991.69104167x.

70 BROOM D. M. & MOLENTO C. F. M. (2004). Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas - revisão. *Archives of Veterinary Science*, 9(2):1-11.

71 ORZECOWSKI K. (2022). Global animal slaughter statistics & charts: 2022 update. Disponível em: <https://faunalytics.org/global-animal-slaughter-statistics-charts-2022-update/>. Acesso em: 12 maio 2023.

72 ROWAN A. N. et al. (2021). Animal sentience: history, science, and politics. *Animal Sentience*, 31(1):1-21. DOI: 10.51291/2377-7478.1697.

73 MELLOR D. J. & REID C. S. W. (1994). Concepts of animal well-being and predicting the impact of procedures on experimental animals. *Improving the well-being of animals in the research environment*, 3-18.

Domínios Físico/Funcionais

Nutrição

❌ Desprovido de água e comida
Desnutrição

✅ Nutrição adequada
Comida disponível

Ambiente

❌ Enriquecimento ambiental pobre

✅ Oportunidade de escolhas

Saúde

❌ Doenças
Injúrias

✅ Saudável
Bom condicionamento físico

Comportamento

❌ Comportamento natural oprimido

✅ Livre para se expressar

Estado Mental

❌ Negativo

Dor
Estresse
Tontura

Debilitação
Raiva
Falta de ar

Desconforto
Fraqueza
Frustração e tédio

✅ Positivo

Prosperidade
Vitalidade
Saciedade
Condicionamento

Segurança
Calma
Contentamento

Curiosidade
Animação para brincar
Capacidade de companheirismo

Status de Bem-Estar

Dessa forma, é possível definir um status no qual os animais se encontram, e planejar soluções para reverter os domínios que estão inadequados, trazendo equilíbrio para o bem-estar animal⁷⁴.

A OMSA, organismo intergovernamental do qual o Brasil é membro signatário, sofreu mudanças notáveis nas últimas décadas com relação às questões e preocupações sobre o bem-estar animal^{75,76}, sendo o tema incluído em seu Código Sanitário de Animais Terrestres⁷⁷

74 MELLOR D. J. (2016). Moving beyond the 'Five Freedoms' by updating the 'Five Provisions' and introducing aligned 'Animal Welfare Aims'. *Animals*, 6(10): 59. DOI: 10.3390/ani6100059.

75 BAYVEL A. C. D., et al. (2005). *Animal welfare: global issues, trends and challenges*. Disponível em: <https://norecopa.no/textbase/animal-welfare-global-issues-trends-and-challenges>. Acesso em 08 maio 2023.

76 PETRINI A. & WILSON D. (2005). Philosophy, policy and procedures of the World Organisation for Animal Health for the development of standards in animal welfare. *Revue Scientifique Et Technique-Office International Des Epizooties*, 24(2): 665-671.

77 WOA. (2022). *Terrestrial animal health code*. Disponível em: <https://www.woah.org/en/what-we-do/standards/codes-and-manuals/terrestrial-code-online-access/>. Acesso em: 10 maio 2023.

e Código Sanitário de Animais Aquáticos⁷⁸.

Em 2016, o tema foi incorporado às recomendações para desenvolvimento de agricultura sustentável, segurança alimentar e nutrição do Comitê de Segurança Alimentar da FAO, reforçando ainda mais a ideia de que é imprescindível que o bem-estar animal seja levado em conta quando falamos em sistemas produtivos mais sustentáveis⁷⁹.

Recorte brasileiro do bem-estar de animais de produção

No Brasil, a promoção do bem-estar animal vem caminhando por intermédio da convergência de esforços da população e das organizações não governamentais, através de reivindicações públicas destinadas às empresas do setor alimentício, para que estas desenvolvam e fomentem processos produtivos que contemplem os animais. Para se ter uma dimensão da quantidade de compromissos públicos divulgados pelas empresas, no primeiro semestre de 2023 já existiam **cerca de 200, que contemplam melhorias de bem-estar para galinhas poedeiras na indústria de ovos, e para porcos na indústria da carne suína**⁸⁰.

Historicamente, existem também esforços por parte do setor público, como o Decreto-Lei nº 24.645/1934 (Lei de Proteção aos

78 WOA. (2022). Aquatic animal health code. Disponível em: <https://www.woah.org/en/what-we-do/standards/codes-and-manuals/aquatic-code-online-access/>. Acesso em: 10 maio 2023.

79 BULLER H., et al. (2018). Towards farm animal welfare and sustainability. *Animals*, 8(6): 81. DOI: 10.3390/ani8060081.

80 OBSERVATÓRIO ANIMAL. Compromissos de bem-estar animal. Alianima. Disponível em: <https://observatorioanimal.com.br/compromissos/>. Acesso em: 10 maio 2023.

Animais)⁸¹ e a Instrução Normativa nº 56/2008⁸² MAPA, que estabelece recomendações de boas práticas de bem-estar para animais de produção e interesse econômico. Entretanto, ainda se tratavam de abordagens incipientes no que se refere à proteção dos animais de produção contra práticas cruéis desnecessárias.

Já mais recentemente, alguns avanços vieram com a publicação pelo MAPA da Instrução Normativa nº 113/2020 MAPA/SDA⁸³, que estabelece as boas práticas de manejo e bem-estar animal nas granjas de suínos de criação comercial, e da Portaria nº 365/2021 MAPA/SDA⁸⁴, que aprova o regulamento técnico do manejo pré-abate e abate humanitário e os métodos de insensibilização autorizados pelo MAPA. Ambas as normas representam um cenário mais positivo para os animais, principalmente por instruir e oferecer a previsibilidade para o setor produtivo se preparar e contemplar o bem-estar animal dentro do seu planejamento estratégico. Todavia, tais normativas também promovem morosidade e defasagem, seja pelos prazos extensos para adequação, como também por não incluírem outros aspectos importantes que já possuem respaldo técnico-científico.

Considerando a forma com que esse tema vem sendo tratado na esfera pública e privada, a seguir são apresentadas algumas

81 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Regulamenta a Lei nº 3.438, de 11 de dezembro de 1918, sobre o tratamento de animais e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24645.htm. Acesso em: 10 maio 2023.

82 BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 56, de 6 de novembro de 2008. Diário Oficial da União, 7 nov. 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/bem-estar-animal/arquivos/arquivos-legislacao/in-56-de-2008.pdf/view>. Acesso em: 10 maio 2023.

83 BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária. Instrução Normativa nº 113, de 16 de dezembro de 2020. Diário Oficial da União, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-113-de-16-de-dezembro-de-2020-294915279>. Acesso em: 10 maio 2023.

84 BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária. Portaria nº 365, de 16 de julho de 2021. Diário Oficial da União, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-365-de-16-de-julho-de-2021-334038845>. Acesso em: 10 maio 2023.

atividades relevantes que podem contribuir com a promoção do bem-estar animal e o desenvolvimento sustentável:

Necessidade de especificação e regulamentação de melhorias nos sistemas de produção

Há diversos tipos de sistemas de produção de alimentos de origem animal. Na indústria de ovos, por exemplo, há o sistema convencional (que aloja as aves em gaiolas), a produção livre de gaiolas, a caipira e a orgânica. Enquanto a última é regulamentada pela Instrução Normativa nº 46/2011 MAPA⁸⁵, a caipira é apenas especificada pela norma ABNT 16.437/2016⁸⁶. Já para a produção livre de gaiolas, não há nenhuma regulamentação que oficialmente a formalize e especifique as suas características inerentes. Isso gera consequências negativas para produtores já alinhados com premissas de bem-estar animal, além de não fomentar a educação do público consumidor para o tema.

As outras cadeias de produção, no que tange a padrões e exigências de bem-estar animal, ainda carecem de normatização do MAPA com padrões específicos, como a de frangos de corte, e de legislação advinda de parlamentares em nível federal, para garantir a obrigatoriedade ou proibição de aspectos relacionados à criação, manejo, reprodução, transporte, melhoramento genético e abate dessas espécies utilizadas na pecuária.

85 BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011 - Produção Vegetal e Animal (regulada pela IN 17/2014). Diário Oficial da União, 07 out. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011-producao-vegetal-e-animal-regulada-pela-in-17-2014.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

86 ABNT. (2016). NBR 16437: Avicultura - Produção, classificação e identificação do ovo caipira, colonial ou capoeira. Disponível em: <https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/11855/nbr16437-avicultura-producao-classificacao-e-identificacao-do-ovo-caipira-colonial-ou-capoeira>. Acesso em: 10 maio 2023.

Aprimorar o levantamento de dados do setor

Devido à ausência de especificações de sistema produtivos, a geração de dados públicos fica comprometida. Atualmente, não existe nenhum levantamento oficial sobre as galinhas poedeiras com discriminação dos tipos de alojamento, o que também é percebido na suinocultura, traduzido em ausência de números de porcas alojadas em celas de gestação ou baias coletivas. Além disso, na pesquisa “Produção da pecuária municipal”⁸⁷, muitos produtores ficaram de fora, pois possuem escala de produção abaixo da linha de corte para o levantamento. No caso das granjas de ovos, o mesmo acontece com produtores que possuem menos de 10 mil galinhas na pesquisa agropecuária do IBGE⁸⁸.

Rastreabilidade da cadeia produtiva

Promover uma cadeia produtiva rastreável é fundamental não apenas para reforçar a credibilidade do produtor e do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, agregando valor à produção, mas também para haver mais transparência com consumidores, ampliar o acesso a mais mercados internacionais e dar mais segurança para as instituições financeiras que desejam financiar o negócio.

A rastreabilidade deve contemplar desde a origem e identificação dos animais/lotes, a localização onde são criados e abatidos até configurações de transporte/estocagem, em todos os estágios da cadeia.

87 IBGE. Produção da pecuária municipal. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=784&view=detalhes>. Acesso em: 10 maio 2023.

88 IBGE. (2018). Pesquisas agropecuárias - Série relatórios metodológicos. 3 ed. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101552.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

Inspeção e fiscalização

A inspeção e fiscalização públicas são fundamentais para assegurar a adoção de práticas de bem-estar animal na produção, conferir se o sistema produtivo está coerente com o que é apresentado pela empresa e estimular as empresas a adotarem práticas mais éticas e sustentáveis.

Sabe-se que, apesar do aumento de quase 70% no Valor Bruto da Produção Agropecuária do Brasil nos últimos 20 anos, o número de auditores fiscais federais agropecuários permaneceu praticamente o mesmo, o que tem causado não só uma grande sobrecarga de trabalho como também a realização de horas-extra acima do permitido em lei, e consequentes impedimentos relativos à compensação dessas horas. Além disso, os fiscais não conseguem atender a todos os estabelecimentos que demandam monitoramento contínuo, a fim de assegurar produtos adequados em termos sanitários, éticos e de qualidade⁸⁹.

Responsabilização das empresas para a efetivação do compromisso

Os compromissos públicos em bem-estar animal, anunciados por empresas do setor privado, concedem um horizonte de tempo factível para que elas possam se adequar em termos de produção e fornecimento no prazo estabelecido pelo anúncio. O não cumprimento do compromisso dentro do prazo estabelecido é uma demonstração de descaso com diversos atores, como investidores, financiadores e,

89 ANFFAS SINDICAL. (2023). Falta de AFFAs: governos Bolsonaro e Lula reconhecem falta de auditores agropecuários. Disponível em: <https://www.anffasindical.org.br/index.php/noticias/noticias-do-sindicato/4373-falta-de-affas-governos-bolsonaro-e-lula-reconhecem-falta-de-auditores-agropecuarios>. Acesso em: 10 maio 2023.

sobretudo, consumidores, o que acarreta a necessidade de responsabilização da empresa pela inexecução.

Incentivos financeiros para a promoção do bem-estar animal

Para estimular a transição para sistemas produtivos sustentáveis, é essencial ampliar os incentivos financeiros (linhas de crédito, impostos diferenciados) destinados a empresas e produtores que estejam dispostos a promover o bem-estar animal⁹⁰. E, do mesmo modo, faz-se necessário desestimular os processos produtivos que desconsideram os animais, o meio ambiente e as pessoas⁹¹. Assim, diversas iniciativas vêm sendo lançadas para ajudar as instituições financeiras a conhecerem melhor as políticas de sustentabilidade das empresas e desenvolverem incentivos focados em bem-estar animal.

No Brasil, há o Guia dos Bancos Responsáveis (GBR), lançado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)⁹², que acompanha e compara as políticas socioambientais publicadas pelas instituições financeiras públicas e privadas; e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3⁹³, quarto índice de sustentabilidade do mundo, que funciona como um indicador do desempenho de empresas selecionadas pelo seu comprometimento com a sustentabilidade empresarial. Ambas as iniciativas possuem o tema de bem-estar animal em suas pautas.

90 OBSERVATÓRIO ANIMAL. Relatório Observatório Suíno. Alianima. Disponível em: <https://observatorioanimal.com.br/suino/>. Acesso em: 10 maio 2023.

91 WAP. Sustainable finance. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org/our-work/food-systems/sustainable-finance>. Acesso em: 10 maio 2023.

92 IDEC. Guia dos Bancos Responsáveis. Disponível em: <https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/>. Acesso em: 10 maio 2023.

93 ISE B3. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Disponível em: <https://iseb3.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2023.

Internacionalmente, dentre diversas iniciativas, destacam-se a Iniciativa FARMS⁹⁴, incentivando que instituições financeiras demandem melhores práticas de bem-estar animal e sustentabilidade de seus clientes, e o *Business Benchmark on Farm Animal Welfare* (BBFAW)⁹⁵, ranking global de empresas do setor alimentício com relação aos avanços e políticas de bem-estar dos animais de produção, auxiliando investidores em suas tomadas de decisão.

Educação socioambiental

Promover a educação socioambiental em instituições de ensino é uma iniciativa indispensável para informar as próximas gerações sobre o impacto das escolhas pessoais para o meio ambiente, animais e saúde, além de pavimentar o caminho para que sejam cidadãos mais conscientes, compassivos e críticos acerca do seu consumo.

Um exemplo bastante positivo é o Projeto Dedo Verde nas Escolas, criado pelo Instituto 5 Elementos⁹⁶. A educação socioambiental levada a crianças de escolas municipais de São Paulo resultou em importantes iniciativas, como horta pedagógica, um sistema para a captação de 5 mil litros de água da chuva, e oficinas de alimentação saudável, onde alunos e pais aprendem sobre a importância de substituir a alimentação industrializada pela natural, assim como a necessidade de incluir a criança na hora de cozinhar para que aprendam a valorizar os nutrientes. Foram mais de mil alunos entre 4 e 6 anos de idade “alfabetizados ecologicamente”, sendo 350 novos a cada ano.

94 FARMS INITIATIVE. Disponível em: <https://www.farms-initiative.com/>. Acesso em: 10 maio 2023.

95 BBFAW. Business Benchmark on Farm Animal Welfare. Disponível em: <https://www.bbfa.com/benchmark/>. Acesso em: 10 maio 2023.

96 INSTITUTO 5 ELEMENTOS. Projeto Dedo Verde na Escola. Disponível em: <https://5elementos.org.br/projeto/dedo-verde-na-escola/>. Acesso em: 10 maio 2023.

CONCLUSÃO

Espera-se que o conteúdo do *Guia de Bolso: Ampliando a Causa Animal* tenha sido fiel e cumprido com seu objetivo principal, o de amplificar a causa animal, considerando-a em um contexto plural no qual coexistem vários mundos e realidades. Se hoje a causa animal ganha contornos e vitórias globais, alcançando postos de relevância em organizações intergovernamentais como ONU e OMS, faz-se urgente a dedicação sobre o tema no contexto brasileiro, tendo em vista sua importância para as discussões ambientais, sociais, políticas e econômicas.

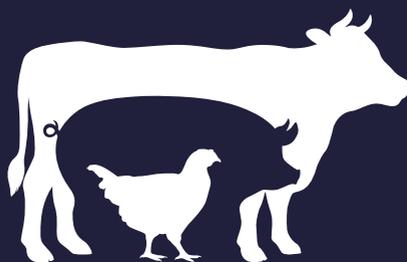
Os alarmantes dados ambientais nos cobram analisar, rever e remodelar a relação entre humano e meio ambiente. Tal remanejamento de perspectiva passa intrinsecamente pela forma com que nos relacionamos com os animais, muitas vezes de forma míope, considerando a tratativa diferenciada que dispensamos àqueles que estão mais próximos de nós, como cães e gatos. Ao enlarguecer a causa animal, colocando também como essencial a temática dos animais utilizados pela pecuária, estamos também realizando concomitantemente um pacto coletivo para a saúde humana, ambiental e planetária. Diante disso, precisamos mudar algumas rotas para que a inclusão do bem-estar animal no cenário agropecuário brasileiro seja, por fim, uma regra e não uma exceção. Não se trata de uma tarefa fácil, mas de um esforço contínuo entre atores políticos, públicos e privados para a construção de sistemas alimentares mais justos e responsáveis não só com os animais e com o meio ambiente, mas também com produtores, agricultores e consumidores.

Esperamos que este material tenha ampliado seus conhecimentos sobre a causa animal e suas inúmeras transversalidades e nos colocamos à disposição para que essa conversa não termine por aqui, mas que ela seja desdobrada em políticas públicas que contemplem melhorias na vida dos animais utilizados pela pecuária.



alianima

2023



Este *Guia de Bolso: Ampliando a Causa Animal*, elaborado pela Alianima, é um compilado prático de informações e argumentos com base em evidências científicas que tem como objetivo principal demonstrar a importância e a necessidade da inserção da causa animal na agenda pública.



alianima